

nhecemos pelos volumes anteriores, continua a iniciativa muito louvável, de publicar um dos principais capítulos de cada tese defendida naquela Universidade, seguindo das conclusões, da biografia utilizada e do esquema de toda a tese.

É sabido que, muitas vezes, é esta a principal dificuldade com que se enfrentam os que defendem tese em qualquer Faculdade. Contando, à partida, com um público de leitores reduzido que limita drasticamente a publicação da investigação efectuada, privam as bibliotecas e o grande público dos estudiosos do acesso ao fruto desta investigação.

Desde modo, por um processo metódico e simples, ficamos ao corrente do que se vai estudando no mundo do Direito Canónico e, eventualmente, com a possibilidade de estabelecer contacto com quem elaborou o trabalho, para uma permuta de ideias e partilha de conhecimentos.

Na verdade, com a publicação destes *Cuadernos Doctorales*, a Faculdade de Direito Canónico da Universidade de Navarra, de mãos dadas com o Instituto Martín Azpícueta, presta um grande serviço ao mundo da cultura jurídico-canónica.

Cuadernos Doctorales — Derecho Canonico, Derecho Eclesiastico del Estado, 19 (2002), inclui os seguintes trabalhos: Estudios sobre la praxis canónica: ESTUDIOS: de Jorge Bosch Carrera, LA Sagrada Congregación del Concílio y el «Thesaurus resolutionum Sacrae Congregationis Concilii»; Javier Pablo Aparicio Sánchez, «Stilus et Praxis Curiae». Presupuestos para una visión actual del concepto. OTROS ESTUDIOS: de Robert Cantor, Estructuras gentílicas y asociativas en la cura de almas de la Iglesia primitiva; Alexandre de Carvalho Lugli, Exegese da obrigação de participar na Missa dominical no CIC 1983; Manuel de la Puente Brunke, La naturaliza jurídica

de la Rota española; Andrzej Wójcik, La unión de hecho y el matrimonio. Diferencia antropológico-jurídica; Andrés Ligoñ Cantoria, The juridical Determinations of Material and Formally Catholic Educational Institutions; Mario Flores-Saiffe Garí. Factor religioso y medios de comunicación en el ordenamiento jurídico mexicano.

O volume, como os anteriores, vem enriquecido com uma extensa lista bibliográfica actualizada das publicações da «Colecção canónica» do INSTITUTO MARTÍN AZPÍCUETA, contribuindo, deste modo, para difundir o estudo da ciência canónica, e manter informados os que se dedicam ao estudo desta ciência.

FERNANDO SILVA

LE TOURNEAU, Dominique, **O Direito da Igreja**, Col. Biblioreca de Iniciação teológica, Diel, Lisboa 1997, 152 p., 200 x 130.

Dominique Le Tourneau tem outras obras traduzida em português e é colaborador assíduo de *Ius Canonicum*, além de escrever para outras publicações.

É sacerdote, Licenciado em Estudos Superiores em Ciências Económicas pela Universidade de Paris e Doutor em Direito Canónico pela Universidade de Navarra.

Tomando como base o Código de Direito Canónico de 1983, sem se deixar prender demasiado ao seu esquema, começa por nos dar uma noção de direito, passa a explicar o direito da Igreja Católica, passando pelas Codificações, com uma referência ao Direito Canónico das Igrejas Católicas Orientais, para entrar, depois, nos diversos capítulos do Código de Direito canónico de 1983: Poder, Normas e Pessoas no Ordenamento Canónico; Os fiéis cristãos; A organização Hierárquica da Igreja;

A vida consagrada; A função de ensinar na Igreja; A Função de santificar (I); A função de santificar (II) — O matrimônio; Os bens temporais da Igreja; O Direito penal Canônico; O Direito Processual; Relações entre a Igreja e a Comunidade Política.

Neste último capítulo faz um breve resumo da história das relações entre a Igreja e os diversos Estados.

Uma iniciativa feliz que possibilita uma iniciação aos temas do Direito da Igreja, tão pouco familiares aos nossos católicos.

FERNANDO SILVA

MARQUES, Armando de Jesus, **O Opúsculo sobre as Ficções Jurídicas de Bartolomeu Filipe** (Salamanca 1536), Ed. do Autor, patrocinada pelo Crédito Agrícola — Caixa Central, Lisboa, 1997, 126 p., 220 x 155.

Armando de Jesus Marques é um investigador devotado à história da Teologia e tem, neste campo, uma larga e profunda experiência de trabalho. Propõe-se, como metodologia do trabalho presente, fixar-se preferentemente na qualidade do latim de Bartolomeu Filipe. «Avaliada a latinidade de Bartolomeu Filipe no seu conjunto, será a altura de pôr a par o trabalho de Nuno Espinosa e o nossos para averiguar se, por vias distintas, um confirmará o outro» (p. 13).

Explica melhor o seu pensamento: «O ilustre mestre da Universidade Católica, por uma amostragem temática do cânone *Scindite corda vestra*, avançou a conclusão de que Filipe não era um medieval; era já um renascentista. Nós, por uma amostragem estilística do *De Fictionibus*, almejamos chegar a idêntica conclusão, Se assim acontecer, abraçar-se-ão o pensamento e a expressão formal» (ibid.).

Investigador sério, metódico, o Autor domina perfeitamente a língua latina e traduz em português cuidado parte desta obra do sec. XVI: Rosto do livro, Dedicatória e Índice; capítulos primeiro e final. A tradução vem acompanhada de notas de pé de página que nos situam perfeitamente dentro do sentido do texto.

Para que o leitor, se é entendido na matéria, possa aquilatar da seriedade deste trabalho, o livro inclui em apêndice o original do texto estudado em *fac-simile*.

FERNANDO SILVA

GONZÁLEZ DEL VALLE, José M.^a, **Derecho Canonico Matrimonial según el Código de 1983**, Euns, 3^a ed., Pamplona 1986, 196 p. 240 x 170, ISBN 84-313-0822-2

J. M. González del Valle é um insigne canonista, professor catedrático com várias obras de Direito Canônico publicadas, que oferece agora aos cultores do Direito da Igreja um bem urdido Manual de *Derecho Canonico Matrimonial según el Código de 1983*.

Investigador insigne, tem também o dom de comunicar o seu saber, por escrito e na docência universitária. É com saudades que o recordamos na Universidade de Navarra.

O elenco dos onze capítulos desta obra, escritos com clareza e profundidade, ajuda-nos a compreender a importância desta obra: *A capacidade de deliberação; Os motivos e móveis da deliberação; O objecto do contrato e do consentimento matrimoniais; O consentimento contraditório com o matrimônio; A celebração do matrimônio como objecto de consentimento; A declaração de vontade; Formas de recepção da declaração de vontade; O representante da hierarquia para assistir ao matrimônio; Comprovação da legi-*